



A materialização em boletins de ocorrência: relação entre emergência de sentidos e escolhas lexicais nas práticas de violência doméstica

Materialization in case reports: relationship between emergence of senses and lexical choices domestic violence

Materialización en reportes de casos: relación entre la emergencia de los sentidos y las elecciones léxicas violencia doméstica

Sérgio Nunes de Jesus

Doutor em Ciências da Linguagem

Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

Endereço: Avenida Governador Jorge Teixeira 3146 Setor, Industrial, Porto Velho - RO, CEP: 76821-002

E-mail: grupo.pda.ifro@gmail.com

Nadia Pereira da Silva Gonçalves de Azevedo

Doutora em Linguística

Instituição: Universidade Católica de Pernambuco

Endereço: R. do Príncipe, 526, Boa Vista, Recife - PE, CEP: 50050-900

E-mail: nadia.azevedo@unicap.br

Celso Ferrarezi Junior

Doutor em Linguística

Instituição: Universidade Federal de Alfenas

Endereço: Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700, Centro, Alfenas – MG, CEP: 37130-001

E-mail: celso.ferrarezi@unifal-mg.edu.br

RESUMO

Com a emergência da Lei Maria da Penha, em 2006, fica latente a importância de combater a violência doméstica no âmbito judicial. Para isso, é fundamental a composição de Boletins de Ocorrência (BO) claros no registro da agressão sofrida pela mulher. Entretanto, contradizendo as diretrizes do direito penal, a elaboração desses documentos não está isenta de subjetividade e, portanto, é possível rastrear as marcas do sujeito-escrivão e suas filiações ideológicas a respeito da violência doméstica e da vítima. Esse artigo, então, centra-se na subjetividade da autoridade policial no processo de retextualização do discurso relatado. Para isso, foi observada no campo das escolhas lexicais no atermos aos verbos selecionados pelo sujeito escrivão na elaboração dos BO, haja vista que o uso dos verbos é um traço linguístico de sua filiação político-ideológica. Utilizou-se a Análise do Discurso Francesa como aporte teórico-metodológico do trabalho e a Teoria das Valências como suporte para sustentação da relevância



do verbo enquanto elemento organizador da/de frase do ponto de vista sintático, mas, sobretudo, como um elemento organizador do discurso, foram selecionados três boletins de ocorrência que demonstram três diferentes filiações ideológicas a partir das escolhas lexicais. Observou-se que o uso de verbos pode colaborar para a circulação de sentidos sobre a violência doméstica que a combatam, mas também pode reafirmar significações que desloquem a mulher da posição de vítima e desqualifiquem a agressão sofrida como tal.

Palavras-chave: materialidades, boletins de ocorrência, emergência de sentidos, escolhas lexicais.

ABSTRACT

With the emergence of the Maria da Penha Law, in 2006, the importance of combating domestic violence in the judicial sphere is latent. For this, it is essential to compose Clear Police Reports (BO) in the record of the aggression suffered by women. However, contradicting the guidelines of criminal law, the preparation of these documents is not free from subjectivity and, therefore, it is possible to track the marks of the subject-scribe and their ideological affiliations regarding domestic violence and the victim. This article, then, focuses on the subjectivity of the police authority in the process of textualizing the reported discourse. For this, in the field of lexical choices, we will not stick to the verbs selected by the scribe subject in the elaboration of the BO, given that the use of verbs is a linguistic trait of their political-ideological affiliation. The French Discourse Analysis was used as a theoretical-methodological contribution to the work and the Theory of Valences as support to support the relevance of the verb as an organizing element of/of a sentence from the syntactic point of view, but, above all, as an organizing element of the speech, three police reports were selected that demonstrate three different ideological affiliations from the lexical choices. It was observed that the use of verbs can contribute to the circulation of meanings about domestic violence that combat it, but it can also reaffirm meanings that displace women from the position of victim and disqualify the aggression suffered as such.

Keywords: materialities, police reports, emergence of senses, lexical choices.

RESUMEN

Con la aparición de la Ley Maria da Penha, en 2006, la importancia de combatir la violencia doméstica en el ámbito judicial está latente. Para ello, es fundamental componer Informes Policiales Claros (BO) en el expediente de la agresión sufrida por las mujeres. Sin embargo, en contradicción con los lineamientos del derecho penal, la elaboración de estos documentos no está exenta de subjetividad y, por lo tanto, es posible rastrear las marcas del sujeto-escritor y sus afiliaciones ideológicas con respecto a la violencia intrafamiliar y la víctima. Este artículo, entonces, se centra en la subjetividad de la autoridad policial en el proceso de textualización del discurso denunciado. Para ello, se observó en el campo de las elecciones léxicas que no nos ceñiremos a los verbos seleccionados por el sujeto escritor en la elaboración del BO, dado que el uso de los verbos es un rasgo lingüístico de su filiación político-ideológica. Se utilizó el Análisis del Discurso



Francés como aporte teórico-metodológico al trabajo y la Teoría de las Valencias como soporte para sustentar la relevancia del verbo como elemento organizador de / de una oración desde el punto de vista sintáctico, pero, sobre todo, como elemento organizador del discurso, se seleccionaron tres informes policiales que demuestran tres afiliaciones ideológicas diferentes de las elecciones léxicas. Se observó que el uso de verbos puede contribuir a la circulación de significados sobre la violencia doméstica que la combaten, pero también puede reafirmar significados que desplazan a la mujer de la posición de víctima y descalifican la agresión sufrida como tal.

Palabras clave: materialidades, informes policiales, aparición de sentidos, elecciones léxicas.

1 PARA ENTENDER O CONTEXTO ...

[...] a expressão “instrumento de comunicação” deve ser tomada em sentido figurado e não em sentido próprio, na medida em que esse “instrumento” permite, ao mesmo tempo, a comunicação e a não-comunicação, isto é, autoriza a divisão sob a aparência da unidade, em razão do fato de não se estar tratando, em primeira instância, da comunicação de um sentido [Pêcheux, 1997, p. 93, grifos do autor].

As relações intersubjetivas são reguladas na sociedade por instâncias de poder. Toda interação entre sujeitos é mediada pelo desejo de se sobrepor ao outro e ocupar espaços discursivos que constroem um dos pólos da relação dominante em relação ao outro, como elemento normatizador das possibilidades semânticas para os sujeitos envolvidos, em que a um é tudo possível e a outro a interação apresenta restrições. É importante observar que as instâncias de poder não estão localizadas apenas em esferas institucionalizadas na sociedade global, fortemente marcadas pelas disputas ideológicas entre grupos, mas, como indica Foucault (2007), elas também regulam as relações no microespaço.

A família, enquanto aparelho ideológico elementar, como sinaliza Althusser (1998), um dos mais fortes e impactantes para a construção dos laços ideológicos do sujeito e, portanto, fundamental para a construção da subjetividade, é um microespaço em que o poder é constituído como uma



instância reguladora e normatizadora, assim, das relações intersubjetivas. Pode-se afirmar, ao restringir a um único aspecto da relação familiar, que os sujeitos que constituem uma família o fazem a partir do estabelecimento dos papéis sociais a serem ocupados pelos membros e essa distribuição não se dá de modo equânime. Assim, o erguimento de uma família, pautada a partir do viés tradicional-paternalista que a concebe como sendo a união entre duas pessoas de sexo opostos, é dado pela divergência da distribuição de poderes, em que o homem é discursivamente significado como aquele que ocupa a formação social de chefe do lar, um líder nato, aquele a ser reverenciado e obedecido e a mulher como aquela cuja função é obedecer e executar as tarefas concernentes à organização do lar.

Essa divisão social no microespaço familiar proporciona uma desigualdade que ultrapassa as barreiras das atividades domésticas. Ela é reflexo da constituição cultural que permite ao homem significar-se como o sujeito que domina a mulher e detém sobre ela o poder para gerir sua vida, suas decisões, suas ações, seus desejos, suas paixões. Com vistas a manter a ordem patriarcal que rege as relações familiares e enquadrar a mulher no espaço a ela destinado, o homem, significado como detentor do direito sobre o corpo da mulher, configura-se como o ser que pode tocar no ser feminino da maneira que lhe convier. Legitima-se, assim, uma primeira instância da violência doméstica a que podemos chamar de *desapropriação do corpo*, destituindo a mulher de sua condição humana e, portanto, privando-a do gozo pleno dos direitos humanos. Restringe-se, assim, essa temática, no que diz respeito à mulher, apenas à discussão que regula a gestão do 'bem' produzido pela relação homem-mulher – a gravidez e o aborto – como é percebido em trabalho de Santos (2011, grifo nosso).

A violência doméstica não se manifesta apenas em sua forma física. Quer isso dizer que ela é compreendida por nós como aquele tipo de agressão multifacetado, em que a mulher sofre vários tipos de violação, ou seja, é comum que a mulher sofra agressões físicas e morais de diversas naturezas – essas



que aparecem comumente nos Boletins de Ocorrência, de acordo a nossa reflexão:

1. **físicas ou corpóreas** – essas que são denominadas como servícia física, pois os maus-tratos ou abusos se transfiguram nos atos violentos cometidos pelo ‘sujeito-agressor’ (namorado, noivo, amásio, amante, marido, ou outra adjetivação comumente especificada socialmente). A força física ou corpórea sempre é de forma intencional e não-acidental, pois objetiva-se em lesar, provocar angústias e sofrimentos, ferir e destruir o outro como forma de sobrepor – essas marcas são traçadas não apenas em seu corpo, mas também em sua mente.
2. **psicológicas** – dentre as violências que são acometidas a psicológica é a mais danosa, pois causa danos emocionais irreparáveis a vítima, bem como a perda de autoestima que prejudica diretamente o desenvolvimento sociocomportamental da mulher, uma vez que, degrada suas crenças, ações, decisões; além do constrangimento, humilhação e isolamento que afetarà suas tomadas de decisão.
3. **verbais** – a escolha lexical do verbo é importante nessa conjuntura, pois se predispõe à língua e ao discurso como fonte da locução do sujeito falante. Sendo assim, o verbo é o atributo do sujeito na enunciação e seus sentidos irão definir as marcas temporais, pessoas, bem como de espaços instituídos pela enunciação.
4. **financeiras ou patrimoniais** – constituem-se por agregar valor monetário na vida do casal e é utilizado como ‘moeda de troca’ ou ‘barganha’ quando a mulher decide se afastar (separar) no imbróglio da relação fatídica. O agressor, por sua vez, ser em sua maioria detentor do sustento da casa – utiliza do ‘poder da finança’ para ameaçar: tomando, por vezes, os objetos constituídos durante a relação e desprovê o máximo para que a mulher retorne à relação mesmo sem querer (grifo nosso).
5. **sexuais** – essa é umas das práticas mais comuns, pois os agressores subjugam as companheiras com ameaças (sejam fotográficas ou fílmicas) que ao logo da relação induziu a vítima para fazer como provas de amor,



mas o objetivo é sempre outro; a saber quando ‘o amor acaba’ e ambos precisam seguir seus caminhos – daí a tormenta é apenas o início de uma tragédia anunciada.

É, infelizmente, comum que essas agressões ocorram em conjunto, mais de uma ao mesmo tempo.

Dados do Instituto de Pesquisa Econômica e Social – IPEA (2013-2019) indicam que a cada 1,5h ocorre um feminicídio no Brasil e que no período 2009-2011, 171 mulheres foram assassinadas em Rondônia. Essa alta frequência de feminicídios é corroborada por outros dados divulgados em 2014 pelo referido instituto, que demonstram que, para 82% dos entrevistados, a esfera doméstica é configurada como aquela que o público externo não pode interferir, ou seja, o microcosmo familiar é uma instância significada como hermeticamente fechada e na qual as relações de poder devem ser configuradas e mantidas a partir do desejo do sujeito ‘naturalmente’ dominante. A violência doméstica, assim, tem abertura para ser significada para além da agressão, mas como uma prática cotidiana e natural nas relações familiares, como demonstra estudo elaborado por Deeke *et al.* (2009), acerca do contexto de Florianópolis/SC, ao sinalizar que parte dos homens não reconhecem sua prática agressora como tal, em comparação à periodicidade indicada pelas mulheres, como pode ser percebido na Figura 1 abaixo (grifo nosso):

Tabela 1: Agressão Verbal.

Frequência da agressão verbal	Mulheres		Homens	
	n	%	n	%
Diariamente	14	48,3	6	20,7
Semanalmente	9	31,0	6	20,7
Mensalmente	3	10,3	6	20,7
Raramente	2	6,9	8	27,6
Quinzenalmente	1	3,4	1	3,4
Não houve agressão	—	—	2	6,9

Fonte: Deeke *et al.*, 2009.



Com o intuito de excluir essa prática do cotidiano das mulheres, foi constituída em 2006 a Lei n.º 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha. O referido documento jurídico estabelece, dentre outras coisas, procedimentos a serem adotados pela mulher e pelas autoridades competentes com vistas a solucionar o problema da violência doméstica, seja ela física, psicológica, sexual, patrimonial e/ou moral. Assim, dentre outros procedimentos, a Lei, no inciso I, do artigo 12, com base no Código de Processo Penal, estabelece que à autoridade policial compete “ouvir a ofendida, lavrar o Boletim de Ocorrência e tomar a representação a termo, se apresentada”. É no contexto discursivo dos BO que esse trabalho se encontra delimitado, para analisar os discursos acerca da violência doméstica, com foco nos efeitos de sentidos possibilitados pelo uso dos verbos instituídos na redação do escrivão de polícia, alicerçado pelos pressupostos teóricos da Análise de Discurso Francesa de orientação materialista.

É importante observar que o presente texto tem a pretensão de analisar os boletins de ocorrência em dois vieses que se inter cruzam: o primeiro diz respeito à configuração linguística do gênero em questão, no que tange à utilização dos verbos; o segundo é o efeito de sentido produzido por esse elemento linguístico no contexto discursivo.

Nesse sentido, é relevante estar atento à configuração genérica em que o discurso se materializa e entender o BO como um gênero discursivo que organiza as práticas policiais e jurídicas na resolução de problemáticas sociais, especificamente, em relação à violência doméstica, com a finalidade de constituir o inquérito policial. Enquanto gênero, um Boletim de Ocorrência que registra uma denúncia de possível agressão à mulher é constituído por um conjunto de enunciados relativamente estável - porque segue uma norma interna da instituição policial e um formulário de preenchimento eletrônico - que tem por fundamento organizar as práticas discursivas relativas a um possível delito, no âmbito policial e jurídico (BAKHTIN, 2003). Portanto, apresenta-se como aquele conjunto textual que norteará as práticas policiais posteriores, que se referem à averiguação de um possível ato de violência doméstica e, enquanto peça



jurídica, organizará os elementos que resultarão em combater ou não uma possível agressão a uma mulher denunciante, pois se configura como instrumento legal de significação legitimada na sociedade.

O Boletim de Ocorrência, então, é o meio pelo qual o discurso de uma mulher denunciante se materializa como discurso reportado por um policial na forma de um *discurso policial legitimado* e efetiva os construtos ideológicos referentes à violência doméstica em sua relação com o interlocutor, no caso, o escrivão. É relevante destacar o entendimento de discurso enquanto efeito de sentido entre interlocutores e a importância dos BO para o processo policial-jurídico não apenas enquanto instrumento informativo, que é seu objetivo principal, mas um elemento com efeito comunicativo que, como todo ato de linguagem, “carrega em si indícios de subjetividade, isto é, quando um sujeito fala, ele se deixa influenciar por outros discursos, outros pontos de vista que, a saber, não são relativamente seus” (Jesus, 2008, p. 62-3). Deve-se, portanto, entender o Boletim de Ocorrência como discurso que materializa as *posições-sujeito* do depoente, mas também de seu interlocutor policial e a relação ideológica entre esses sujeitos.

Pensar no BO enquanto materialidade é fundamental, pois, conforme Orlandi (2007, p. 14), “qualquer modificação na materialidade do texto corresponde a diferentes gestos de interpretação, compromisso com diferentes posições de sujeito, com diferentes formações discursivas, distintos recortes de memória, distintas relações com a exterioridade”. Em outras palavras, ignorar a materialidade é incorrer na eliminação do gesto de interpretação dos sujeitos envolvidos para a emergência de sentidos sobre a violência doméstica relatada pelo depoente.

Nessa perspectiva, orienta Orlandi (2007, p. 18), a linguagem é metafórica por excelência, “porque o sentido é uma questão aberta, porque o texto é multidirecional enquanto espaço simbólico”. Marcada pela incompletude, a linguagem é espaço da pluralidade e a emergência de sentidos se dá a partir de um gesto de interpretação, sendo esta considerada um ‘vestígio do possível’ (Orlandi, 2007, p. 18, grifo nosso). O escrivão ao relatar o fato narrado pelo



depoente não apenas comunica o dito, institucionalizando-o, mas no processo de seleção lexical, assume posições, inscreve-se em formações discursivas que orientam a sua significação e conduzem a sua escrita na direção da especificidade do discurso escrito policial, própria do gênero discursivo analisado nesse trabalho, e das posições políticas inconscientemente assumidas pelo *sujeito-escrivão*.

É fundamental ter em mente, portanto, que o discurso da autoridade policial é marcado pela heterogeneidade e, conseqüentemente, pela existência do outro: “é porque há o **outro** nas sociedades e na história, correspondente a esse outro próprio ao linguajeiro discursivo, que aí pode haver ligação, identificação ou transferência, isto é, existência de uma relação abrindo a possibilidade de interpretar” (Pêcheux, 2008, p. 54, grifo do autor). Então, pode-se afirmar que o funcionamento léxico do discurso do *escrivão* é um vestígio da sua filiação ideológica e, portanto, fundamental para a compreensão da organização semântico-simbólica dos discursos acerca da violência doméstica no âmbito do aparelho repressor policial.

A análise dos boletins de ocorrência deve ter em conta que eles são construídos, como dito anteriormente, a partir de uma linguagem específica, que configura a escrita policial. Jesus (2008), por exemplo, chama a atenção para a ambigüidade marcante da linguagem policial, que acaba por pôr em xeque a veracidade dos fatos relatados pelo depoente. Conforme Gnerre (2012, p. 22),

[...] o aspecto específico da linguagem usada nos documentos jurídicos é semelhante ao fenômeno linguístico das linguagens especiais, constituídas em geral de léxicos efetivamente especiais usados nas estruturas gramaticais e sintáticas das variedades linguísticas. A função central de todas as linguagens especiais é social: elas têm um real valor comunicativo, mas excluem da comunicação as pessoas da comunidade linguística externa ao grupo que usa a linguagem especial e, por outro lado, têm a função de reafirmar a identidade dos integrantes do grupo reduzido que tem acesso à linguagem especial.

A escolha lexical e a observação da linguagem específica são importantes, então, para apreensão da filiação ideológica do *sujeito-escrivão* - e, aqui, focaremos sobretudo o uso dos verbos. Entende-se que os verbos põem



em ação uma forte influência na percepção de sentido, visto que este não existe como produto pronto e acabado, uma vez que se altera conforme as condições de enunciação e a filiação ideológica de quem o interpreta. Logo, a opção por um determinado verbo pode direcionar a um entendimento 'específico' do leitor para o que o escritor pretendia que fosse interpretado como sentido único e correto, silenciando as demais possibilidades semânticas, construindo uma relação com possíveis benefícios à vítima, de acordo com suas intenções.

Têm-se, com vistas a compreender tal processo discursivo-ideológico, os seguintes objetivos: identificar as formas verbais que antecipam o caráter geral da ideia relatada no discurso; investigar o enfoque discursivo da singularidade e/ou multiplicidade dos sentidos e o funcionamento dos verbos, observando o grau de interferência que o mesmo poderá sofrer no BO; compreender a importância do discurso relatado, levando em conta a relação entre o depoente/escritor quanto aos seus contextos; verificar como os verbos se relacionam semanticamente no texto.

O trabalho se desenvolveu, como antes informado, conforme o aporte teórico-metodológico da Análise do Discurso Francesa e com a construção do *corpus* pautada na coleta de boletins de ocorrência que materializassem relatos de vítimas de violência doméstica.

Dos documentos coletados para o presente texto, foram escolhidos dois por apresentarem nuances semânticas diferentes no que diz respeito à filiação simbólica do sujeito escritor a partir de sua seleção lexical. Espera-se, portanto, com a análise desses BO poder demonstrar que os elementos linguísticos utilizados para materialização dos discursos são importantes para compreensão do processo discursivo, ou seja, demonstrar que a seleção lexical não é gratuita, mas implica em uma rede de filiações ideológicas que contribui para a circulação e cristalização ou deslizamento de sentidos sobre a violência doméstica. Os Boletins de Ocorrência selecionados foram obtidos na Delegacia da Polícia Civil da cidade de Espigão do Oeste, RO¹.

¹ Vale salientar que esses BO estavam disponíveis em domínio público.



2 OS BO: VERBOS E SEUS EFEITOS DE SENTIDO

[...] a relação explicação/determinação, a fim de estudar a base comum sobre a qual os processos nocionais-ideológicos, por um lado, e os processos conceituais-científicos, por outro, se constituem como processos discursivos. Esse ponto lógico-linguístico vai nos conduzir progressivamente – tendo por fio a questão da natureza material do sentido – até os fundamentos de uma *teoria materialista do discurso* [Pêcheux, 1997, p. 93-4, grifo do autor].

O discurso é marcado pela heterogeneidade e, por isso, tem inter-relação com outros discursos, sendo composto por seu contexto momentâneo de enunciação e pelo caráter histórico-social, relacionando-se com as formações discursivas. Entende-se que a formação discursiva delimita o próprio discurso; ela equilibra o que o sujeito pode e o que não pode falar e possui uma relação ideológica de classe, pois contribui para que as ideias da classe dominante sejam também assumidas pela coletividade, no palco de disputa de poder que é o discurso.

Para Pêcheux (1997, p. 160), formação discursiva é

[...] aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.).

Estabelecer que um discurso é heterogêneo significa dizer que ele é entrecruzado pelo discurso do outro, sendo que estes discursos preservam entre si relações de oposição. Segundo Indursky (1997, p. 196) “[...] um discurso é heterogêneo porque sempre comporta constitutivamente em seu interior outros discursos”. Assim, tem-se o pressuposto de que o sujeito, ao organizar seu discurso, une outros enunciados já existentes, produzindo um efeito de originalidade, desde que apresente o efeito de homogeneidade de sentido, ou seja, suas partes não apresentem desigualdades de contexto.



Nessa perspectiva, o sujeito na constituição de seu discurso introduz outros já preexistentes de forma coerente e direcionada, passando a impressão de homogeneidade discursiva, pois esta não permite que os outros discursos apareçam. Logo, a heterogeneidade é encoberta pelos efeitos de homogeneidade.

*As FD são componentes interligados das FI. Isso implica que as FD que constituem a mesma FI ser distinguidas umas das outras (em razão, por exemplo, de sua “especialização”), mas sobretudo que as FD que dependem de FI antagônicas, aliadas, [...] mantêm entre si relações contraditórias que se inscrevem necessariamente na própria materialidade dessas FD, isto é, em sua *materialidade linguística*. Se uma FD é o que, em uma dada FI e em uma conjuntura, determina “o que pode e de ser dito” (o que equivale a dizer que as palavras, expressões, proposições recebem seu sentido da FD na qual são produzidas); convém acrescentar que *essa característica não é isolada* das relações contraditórias que uma FD estabelece outra FD (Courtine, 2009, p. 73, grifos do autor).*

Levando em consideração a heterogeneidade típica dos discursos e o fato de que o gesto interpretativo do escrivão resulta de um processo de reformulação dos discursos de outros, pode-se afirmar que, conforme Jesus (2008, p. 66),

[...] o discurso policial nos BO acontece de forma direta, indireta ou ainda indireta livre, dependendo da intenção do escrivão ao relatar os fatos, pretendendo descrever enfaticamente a fala da comunicante e/ou vítima, caracterizando a sua subjetividade em relação ao fato, ou ainda uma mistura da voz do escrivão com a voz de quem enuncia os fatos ocorridos.

O discurso da autoridade policial, então, é marcado pelo discurso citado e pelo relatado. Bakhtin (1997) destaca o discurso citado como sendo aquele que é para o falante uma enunciação provinda de outra pessoa, sendo completamente independente do discurso no momento proferido, passando de discurso de outrem para o contexto narrativo, permanecendo alguns princípios do contexto inicial. Authier-Revuz (1998) complementa as ideias de Bakhtin (1997) ao salientar a existência das quebras do discurso, destacando o aparecimento de um discurso outro inserido no próprio discurso, ou seja,



afirmando que este é afetado pela influência da heterogeneidade. Enfatiza-se que

[...] o discurso de outrem constitui mais do que o tema do discurso; ele pode entrar no discurso e na sua construção sintática, por assim dizer, 'em pessoa', como uma unidade integral da construção. Assim, o discurso citado conserva sua autonomia estrutural e semântica sem nem por isso alterar a trama linguística do contexto que o integrou (Bakhtin, 1997, p. 144).

O Discurso Relatado (DR), por sua vez, é tido como um ato de enunciação, um ato individual do uso da língua, um processo de desenvolvimento do enunciado. É entendido por Indursky (1997, p. 198) como o “modo de apreensão da fala do outro, [...] uma das formas que permitem examinar a heterogeneidade do discurso”.

Desse modo, para Indursky (1997), o discurso relatado se expressa em três modalidades:

1. **discurso relatado marcado (DRM)** – diferencia-se por referirem-se às palavras, expressões e enunciados entre aspas. Consta num modo direto de heterogeneidade, em que o outro no discurso é visto por meio do uso formal de suas palavras, assinaladas pelas aspas e pelos dois pontos introdutórios. A aplicação das aspas nos contextos discursivos em análise aponta para a existência de um espaço no interior do discurso de outrem, funcionando como uma recusa, uma rejeição do que está sendo incluso no discurso;
2. **discurso relatado indireto formal (DRIF)** – este corresponde com precisão ao discurso indireto. Ele não é preso à textualidade, ou mesmo ao texto-origem, podendo relatar o discurso do outro de forma precisa quando alterar as ideias nele contidas. No DRIF há uma sintaxe propensa à formalização como, por exemplo, o verbo dizer que pode ser trocado por outros como: *afirmar, fazer, crer, alegar, desejar, pretender, espalhar, propagar*, que funcionam como verbos introdutores do discurso relatado do outro (Indursky, 1997, grifo nosso);



3. **discurso relatado indireto informal (DRII)** – modalidade que consiste como variante do DRIF, que deste diferencia-se por não poder ser formalizado, ou seja, por não exibir uma sintaxe pressuposta que determina o discurso indireto. As condições de produções iniciais e as práticas de nominalização do verbo são suprimidas das modalidades do discurso relatado.

Do ponto de vista linguístico, é importante observar para cumprimento dos propósitos estabelecidos para esse trabalho o entendimento de verbos. Nesse artigo, foi tomada como referência para conceituação da unidade lexical base dos processos discursivos analisados (o verbo) a teoria das valências, devido ao fato de o referido campo teórico significar o elemento verbal como centro das relações sintáticas, a partir de seu referencial semântico.

Dessa forma, é importante compreender a teoria das valências como aquela que concebe o verbo como a palavra com significado lexical que organiza sintático-semanticamente a estrutura frasal. Atribui ao elemento verbal centralidade na questão sintática, por determinar a rede de relações a ser construída na estrutura frásica. Assim, as valências são entendidas como o conjunto de posições estruturais exigidas pelo verbo na sintaxe para efetivação de seu componente semântico sendo “um dos aspectos de subclassificação lexical dos verbos” (Perini; Fulgêncio, 2011, p. 162).

Há, então, com base no verbo, a “determinação das relações de dependência no interior da frase, concebida a partir de um centro sintático-semântico de que dependem os demais elementos” (Silva, 2001, p. 92) e a consequente determinação, por parte dos verbos, de seus argumentos (*actantes*) e de sua estruturação morfossintática e semântica.

Vale lembrar que, neste artigo, tem-se a preocupação em relação ao verbo em uma perspectiva analítico-discursiva e suas consequentes implicações enquanto elemento da discursividade. Dessa maneira, não são feitas análises no âmbito da Linguística Descritiva, com foco na Sintaxe, pautadas na Teoria das Valências. Ela serve tão-somente de princípio norteador para compreensão



do verbo enquanto elemento que deve ser visto para além da estrutura frásica, em sua relação com o universo extralinguístico político-ideológico.

Assim, entende-se que, a escolha de um determinado verbo, e não de outro, para relatar a violência doméstica não é fruto do acaso, mas sim uma questão pragmática que vai atuar no ato da enunciação e que revela a filiação ideológica do sujeito enunciador, já que a intenção, do ponto de vista da Análise de Discurso tomada aqui como base teórica, é uma construção ideológica.

Entende-se ainda que esses verbos ajam diretamente sobre o discurso relatado, atuando sobre a compreensão e a interpretação desse tipo de discurso. Neste caso, trata-se da imagem que o escritor constrói a respeito da intenção do depoente ao relatar o fato de agressão, construção imagética essa que pode ser uma distorção ou interferência do sujeito escritor do fato relatado, materializada, entre outras formas, por uma nova construção frasal, novo arranjo sintático, haja vista que, como dito anteriormente, o sujeito, para significar e se constituir, faz um gesto interpretativo, inserindo-se no campo do simbólico. Constitui-se, então, um novo discurso.

Desse modo, tais verbos revelam seu efeito ou modo de atuar. É a força perlocutória, que se destina a exercer efeitos sobre o interlocutor, disposto a convencê-lo, assustá-lo, agradá-lo, irritá-lo, entre outras possibilidades.

O sujeito escritor assume uma nova função para além daquela atribuída pela instituição policial: ele se converte, discursivamente, em relator/construtor de opiniões sobre a violência doméstica e passa a exercer um importante papel na circulação de sentidos acerca da agressão sofrida pela mulher na sociedade brasileira. Tal configuração é importante, pois a partir da seleção do modo de relatar o fato, seu texto pode perder o caráter informativo, passando a pretender alcançar outros objetivos.

Pode-se observar que os verbos que introduzem um discurso referido possuem importante papel para apreensão da filiação simbólica do sujeito escritor e uma ação organizadora da argumentação, tendo a possibilidade de modificar a significação resultante do fato declarado (denunciado), pelo fato de



haver omissão, acréscimo ou mesmo uma suavização do fato, podendo acarretar numa distorção da ideia primeira.

A escolha do verbo, portanto, nas ações discursivas e a observância no modo como o texto é linguística e sintaticamente elaborado mostram a percepção do escritor a respeito do conteúdo do discurso relatado. O Boletim de Ocorrência, portanto, é um texto que não apenas relata uma ocorrência policial, mas também materializa as filiações ideológicas do sujeito escritor a respeito do fato relatado e sobre a violência doméstica de modo geral. É válido lembrar que o processo de elaboração de um BO dá-se a partir da seguinte Figura 1 abaixo:

Figura 1: Efeitos de Sentidos.



Fonte: Jesus, 2008.

Observa-se, então, que há uma relação entre os sujeitos envolvidos, mediada pelo discurso relatado, em que há a emergência de efeitos de sentido a partir das formações imaginárias atuantes no processo discursivo em questão. Tanto o comunicante quanto a autoridade policial constroem imagens de seu interlocutor, bem como de si mesmos e do fato relatado. O Boletim de Ocorrência passa a ser, assim, a materialização das posições ideológicas em conflito na



esfera discursiva e que pode por em cheque uma violência doméstica realmente ocorrida, pois evidencia a emergência de sentidos sobre ela.

No BO abaixo, o discurso foi relatado ao escrivão, que atua sobre a estrutura linguageira do discurso, já que, conforme Jesus (2008, p. 160), “a linguagem utilizada no Boletim de Ocorrência corresponde a um discurso citante (escrivão) sobre um discurso citado (comunicante)”. Importante destacar a configuração do discurso enquanto estrutura e acontecimento, conforme ensinamento pecheuxiano (2008). O texto é apresentado em discurso indireto (ou discurso relatado indireto formal (DRIF), conforme Indursky (1997)). Esse tipo de discurso desencadeia ações no seu entendimento, ocorrendo uma interpretação direcionada, que é caracterizada por Marcuschi (1995) como uma seleção de verbos que introduzem as opiniões, ou por expressões equivalentes.

Documento 1: Boletim de Ocorrência.

BO 010/xxxx(1)

Declara a comunicante que o infrator chegou embriagado em sua residência e por motivos fúteis começou a agredir a Vítima com pedras sendo que pegou uma no pescoço, outra nas costas e outra na barriga lembrando que a vítima está grávida de 02 meses, declara também a vítima que o infrator há tempos vem agredindo não só a vítima como também seus filhos, um de (05) cinco anos e (02) dois anos, fazendo com que as crianças ingiram bebidas alcoólicas quando não amarra, amarra as crianças com cordas nos pés dos móveis. (sic)

Fonte: Delegacia de Polícia (Cacoal-RO).

De praxe, nos procedimentos de construção de BO, o escrivão retextualiza o discurso da vítima, com a preocupação de manutenção do seu teor significativo, em uma tentativa de circunscrever o fato relatado sob uma capa de autenticidade, quer dizer, o sujeito escrivão busca, ao relatar o fato, construir a imagem discursiva de que seu texto é fiel ao que está sendo dito pela depoente.

A utilização do substantivo ‘comunicante’ como complemento do verbo introdutor ‘declara’ demonstra a necessidade de o interlocutor atribuir um efeito de sentido de veridicidade ao que está sendo transcrito no documento. Esse efeito traz duas consequências: uma diz respeito ao fato narrado, pois contribui para menor resistência das autoridades para atribuição de crença à violência



doméstica, mas também gera um efeito de sentido sobre a autoridade policial escritã: ele ‘crê nas palavras das vítimas’ e constrói a sua imagem de pessoa que tem preocupação com a temática com a qual se depara: a agressão sofrida pela família. O escritão, assim, se constrói como um sujeito ‘paladino da justiça’ (grifos nossos).

Assim, o primeiro verbo destacado – **declarar** – é utilizado duas vezes pelo escritão no excerto selecionado. Em sua segunda aparição, ele está conectado ao verbo **agredir**, também utilizado duas vezes pela autoridade policial, o que reforça o efeito de sentido de verdade atribuído ao fato narrado. O escritão coaduna com a locutora, emergindo suas significações do ato cometido pelo marido da depoente de formações discursivas semelhantes, já que simboliza o ato como um evento de agressão corporal, ou seja, aquele que fere a integridade física, o que é corroborado pelo enquadramento da depoente na classificação de ‘vítima’.

Dessa forma, a locutora e o interlocutor assumem sentidos aproximados do que seja a violência doméstica e, portanto, participam do mesmo universo semântico. O uso do verbo **lembrar** pelo interlocutor enfatiza o dolo do infrator e, ainda que não mencionado linguisticamente, potencializa a gravidade do ato cometido pelo homem, indicando a assunção de uma posição de contrariedade pelo sujeito escritão. As escolhas, então, como abordou Saussure (1999, p. 36): “a palavra escrita tende a substituir, em nosso espírito, a palavra falada: isso é verdadeiro quanto aos dois sistemas de escrita, mas tal tendência é mais forte no primeiro”; assim, podemos observar que não apenas comunicam o fato narrado pela depoente, mas demonstram a posição ideológica assumida pelo escritão, ou seja, aquele em que a mulher e seus filhos não devem ter sua integridade física violada pelo homem (grifo nosso).

No seguinte BO é possível notar que o escritão relata os fatos a partir de um discurso indireto, ou DRIF, ou seja, a voz do outro é introduzida na reprodução dando origem a um relato supostamente informativo. Dessa forma, o interlocutor revela, com suas palavras, o discurso relatado pela comunicante, mãe da vítima. Atenta-se que os verbos são colocados em lugares convenientes



para haver estruturação do relato, que auxilia na comparação tanto da posição do escrivão diante da opinião relatada, como a organização do relato realizado.

Documento 2: Boletim de Ocorrência.

BO S/N/xxxx(2)

As 19:00Hs desta data 06-06-03, compareceu nesta D.P. a comunicante retro mencionada, que é mãe da vítima, para comunicar o seguinte fato: Que a vítima vive maritalmente com o infrator há uns quatro anos e constantemente ele vive ameaçando sua filha dizendo que vai matá-la. (sic)

Fonte: Delegacia de Polícia (Cacoal-RO).

Pode-se observar que a escolha lexical do escrivão do BO (2) destoa daquela feita no Boletim de Ocorrência anteriormente analisado e, portanto, gera efeitos de sentido diferentes. Quanto aos verbos, dois usos ganham destaque: **comunicar** e **dizendo**. É importante, inicialmente, inverter a ordem de análise dos verbos quanto ao seu aparecimento no discurso do escrivão, haja vista que a significação possível de ser atribuída ao segundo verbo modifica a percepção do primeiro.

Ao selecionar o verbo 'dizer', o escrivão aparentemente assume uma postura relativamente cética em relação ao que está sendo dito, o que constrói a violência doméstica, simbolicamente, como algo questionável. A construção sintática do escrivão se dá a partir da opção pelo uso de dois verbos 'ameaçando' e 'dizendo', o que reforça o efeito de sentido citado.

O uso do 'dizer' coloca a ameaça sofrida pela mulher no campo da fofoca, do disse-me-disse, do questionável, do provisório. Ademais, pode-se, inclusive, aventar que há a possibilidade de a violência verbal não ser constituída semanticamente como tal pelo escrivão, não sendo, portanto, uma filiação possível para ele enquanto sujeito imerso no campo do simbólico (grifo nosso).

O uso do verbo 'comunicar', nesse contexto, não apresenta o mesmo sentido atribuído no Boletim de Ocorrência anterior, haja vista que, devido ao novo enquadramento semântico da violência doméstica, possível pelo uso do verbo 'dizer', 'comunicar' deixa de ocupar a mesma formação discursiva de



‘informar’, mas passa a ser regida pela mesma formação discursiva que domina os sentidos sobre o verbo ‘focar’. O verbo ‘comunicar’ funciona como um amenizador de opinião. Relativiza-se, portanto, a credibilidade do fato comunicado. Sua veracidade tem maior chance de ser posta à prova, ser questionada a partir do Boletim de Ocorrência(2) (grifos nossos).

Os verbos que pertencem ao campo semântico do dizer, do falar, do comunicar e que, por sua natureza, apresentam certa liberdade, já que, conforme crença popular “quem tem boca, fala o que quer” (dito popular), encontram-se afastados por uma barreira – no caso, um ponto final – daquilo que pode comprometer a imagem de alguém, mesmo que pela fofoca: a acusação de autoria, o que intensifica um efeito de sentido de inverdade do fato relatado.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência doméstica é uma realidade crescente no Brasil. São várias as tentativas de superar esse problema e a sua judicialização é um passo importante para resolução da problemática. Para isso, é importante que a construção dos instrumentos que compõem a peça judicial se dê de maneira clara. Emerge, assim, a importância de compreender o Boletim de Ocorrência enquanto gênero discursivo e materialidade de posições ideológicas a respeito da violência doméstica.

Foi possível observar, com as análises tecidas nesse artigo, que a seleção léxico-verbal adotada pelo escrivão é um forte elemento indicador de suas posições ideológicas, no que se refere à violência doméstica e ao sujeito comunicante. Observou-se que o Boletim de Ocorrência, mesmo que enquanto gênero discursivo, tenha a finalidade de informar, somente comunicar, ele encerra outros efeitos, constituindo discursos diversos sobre o acontecimento relatado.

Com base na Análise de Discurso Francesa como aporte teórico para as análises e na Teoria das Valências, como suporte para compreensão do verbo enquanto elemento organizador da frase e de sua importância para o



estabelecimento semântico da materialidade, emergiram sentidos que demonstram dois efeitos de sentido diferentes para o Boletim de Ocorrência em sua relação com a violência doméstica.

A crença do *acontecimento relatado* e a *ocupação do mesmo universo semântico* que o comunicante no que diz respeito à agressão doméstica é a marca do primeiro boletim analisado; para tanto, o segundo relativiza a veracidade do que está sendo comunicado à autoridade policial. Tais posições divergentes são apreendidas a partir da escolha verbal e da relação do verbo com seus actantes.

O presente trabalho, então, demonstra a relevância da observação dos elementos linguísticos para a emergência das discursividades, do conhecimento linguístico para o entendimento dos fenômenos discursivos e põe em relevo a importância de se observar o Boletim de Ocorrência para além da sua *intenção comunicativa*, mas como um *discurso assumido por um sujeito* que apresenta filiações ideológicas sobre o fato relatado que podem *ser/ter* divergentes das filiações do(a) comunicante.



REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis (1918-). **Aparelhos ideológicos de estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado (AIE). Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiro de Castro; introdução crítica de José Augusto Guilhon Albuquerque. 7. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998. (Biblioteca de ciências sociais; v. n. 25)

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Palavras incertas**: as não-coincidências do dizer. Tradução Claudia R. Castellanos Pfeiffer *et al.* Revisão Técnica da Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. In: Estética da criação verbal. 4. ed. Introdução e tradução do russo Paulo Bezerra; prefácio à edição Francesa Tzvetan Todorov. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 261-337. (Coleção biblioteca universal)

BAKHTIN, Mikhail; (Volochinov, V. N.). **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 8. ed. Prefácio de Roman Jakobson. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1997.

BRASIL. **Lei n. 11.340**, de 7 de agosto de 2006. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm>.
Acesso em: 22 set. 2014.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. Tradução Cristina de Campos Velho Birck *et al.* Supervisão técnica da tradução Carlos Piovezani, Maria Cristina Leandro Ferreira, Vanice Sargentini. São Carlos: EDUFSCar, 2009.

DEEKE, Leila Platt *et al.* A dinâmica da violência doméstica: uma análise a partir dos discursos da mulher agredida e de seu parceiro. **Revista Saúde e Sociedade**. v. 18, n. 2, São Paulo, abr.-jun. 2009. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902009000200008&script=sci_arttext>. Acesso em: 28 set. 2014.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 24. ed. Organização, introdução e Revisão Técnica de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. (Texto e linguagem)

INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. Campinas/SP: Unicamp, 1997.

IPEA. GARCIA, Leila Posenato *et al.* **Violência contra a mulher**: feminicídios no Brasil. Brasília, 2013. Disponível em:



<http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=19873&Itemid=9>. Acesso em 01 out. 2014.

IPEA. **Sistema de indicadores de percepção social**: tolerância social à violência contra as mulheres. Brasília, 2014. Disponível em: <www.ipea.gov.br/portal/images/.../140327_sips_violencia_mulheres.pdf>. Acesso em 05 nov. 2014.

JESUS, Sérgio Nunes de. **Discurso policial**: a subjetividade em boletins de ocorrência. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal de Rondônia, Guajará-Mirim, 2008.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. A ação dos verbos introdutores de opinião. **Revista Brasileira de Linguística**, vol. 8, n.1, p. 91-118. São Paulo: Plêiade, 1995.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 5. ed. Campinas: Pontes, 2007.

PÊCHEUX, Michel (1938-1983). **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. 5. ed. Campinas: Pontes, 2008.

PERINI, Mário; FULGÊNCIO, Lúcia. O emparelhamento temático e a análise do predicativo em Português. **Revista da ABRALIN**, v. 10, n. 1, p. 149-202, jan.-jun. 2011. Disponível em: <<http://www.abralin.org/site/data/uploads/revistas/2011-vol-10-n-1/mario-a-perini.pdf>> Acesso em: 07 jan. 2015.

SANTOS, Rafaella Elisa da Silva. **Direitos humanos para humanos direitos?**: a emergência de sentidos sobre direitos humanos em uma comunidade do Orkut. Dissertação (Mestrado em Estudo de Linguagens). Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2011. Disponível em: <http://www.ppgel.uneb.br/wp/wp-content/uploads/2011/09/silva_rafaella.pdf>. Acesso em: 10 out. 2019.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. 25. ed. Organizado por Charles Bally e Albert Sechehaye. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1999.

SILVA, Fátima. Entre a gramática tradicional e a gramática de valências. **Actas do Colóquio - A Linguística na formação de professores de português**. 2001. p. 83-106. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7288.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2019.